

**Cerimónia de entrega dos
Certificados de Responsabilidade para a Reforma**

Lisboa, 17 de abril de 2013

Exmos. Senhores,

O debate sobre o futuro do sistema público de pensões, desde as últimas duas décadas, tem estado centrado, por excelência, no estado de Bem-estar no nosso país. Contudo, o progressivo envelhecimento da população e o consequente crescimento da despesa, não compensada pelas receitas, tem sido uma preocupação comum não só em Portugal mas também nos países do espaço europeu.

Forçosamente, quando falamos de pensões estamos implicitamente a referenciar a poupança a longo prazo. As pensões deveriam ser o canal natural para onde fosse transferida uma parte significativa da poupança dirigida ao investimento produtivo, variável chave para garantir um crescimento económico sustentável. Também por esse motivo, o bom funcionamento do sistema de pensões é uma ferramenta fundamental para favorecer o desenvolvimento do aparelho produtivo.

Não obstante, todas as ações, debates e medidas estão centradas numa questão aparentemente simples, mas com múltiplas variáveis: a capacidade do atual sistema em assegurar que os recursos disponíveis durante a vida ativa dos trabalhadores tenham correspondência com os recursos necessários na fase da sua vida após reforma. Esta discussão chama, ainda, à colação, o enfrentamento de diferentes lógicas que, não nos esqueçamos, afetam fundamentalmente o âmbito dos direitos e das obrigações individuais pelo que, neste sentido, devemos considerar todos os elementos necessários à problemática em questão. Enfrentarmos a complexa realidade das pensões públicas é, também, ter pela frente a reforma do sistema de pensões privado: são duas faces da mesma moeda.

Qualquer observador, no atual cenário económico, não deixará de afirmar que importa pôr em prática uma atuação geral, coordenada e decidida, que assegure a estabilidade, dê segurança e

afiance o futuro de maneira conclusiva. Medidas como o aumento da idade de reforma ou os termos de correspondência entre as contribuições e as pensões praticadas numa base individual têm sido estudadas, contudo, não menos importante é ter-se em conta que este tema não se encerra na atual conjuntura, devendo ser analisada a sua viabilidade a longo prazo.

Ainda que este assunto seja complexo, não é impossível e nele todos os agentes económicos e sociais deveriam ter voz e voto. Temos a obrigação de encontrar uma saída razoável, apoiada numa análise rigorosa das suas consequências sobre o conjunto da população, da sua capacidade de adaptação às mudanças criadas no seio da realidade económica e, mais importante, da liberdade individual. Avançar para um sistema de pensões sólido e solvente é possível e deverá ser apoiado no interesse coletivo que assegure esquemas suficientes e sustentáveis, capazes de evitar desequilíbrios.

Existe um aspeto que consideramos muito relevante e merece uma menção especial, devendo mesmo constituir uma prioridade de primeiro nível, o comprometimento dos indivíduos, face a uma muito necessária devolução de responsabilidade aos mesmos em relação às pensões. Torna-se indispensável que os cidadãos entendam que a natureza do problema que temos pela frente pede a sua máxima colaboração para satisfazer os seus próprios interesses. O “problema das pensões” é, em primeiro lugar, um problema técnico: de como organizar os recursos durante a vida ativa para colmatar as necessidades no período de reforma. Como, em economia, não existem “almoços grátis”, parece-nos que a solução deste problema técnico deve anteceder qualquer intenção de solução política para financiar as pensões. Nas atuais circunstâncias biodemográficas, que se agudizarão no futuro, e consideradas as preferências dos indivíduos por vidas laborais mais curtas, o financiamento das pensões públicas mediante o método de repartição torna-se inviável. A acumulação de “dívida implícita” não deixa entrever a seriedade do desafio apresentado, que não se resolverá apenas com mais nascimentos, imigração ou produtividade, pois o problema radica em que cada vez vivemos mais e trabalhamos, tendencialmente, durante menos anos.

Toda a solução política do problema das pensões que não tenha bem presente os termos da iniludível equação entre recursos e necessidades ao longo do ciclo vital individual, irá significar uma fuga para a frente que resultará numa solução falsa. O próprio processo político, tal como se

apresenta em países de tradição bismarkiana, tende especialmente a produzir um resultado que retarda as reformas substantivas das pensões. Isso é assim porque o saldo dos interesses dos diferentes grupos de idade na sociedade se torna cada vez mais sensível à idade do “votante médio” que não deixará de aumentar, nas próximas décadas, no nosso país. A “economia política das pensões” obriga a reconsiderar o conjunto de incentivos mais ou menos perversos incorporados nas atuais fórmulas e condições de elegibilidade dos nossos sistemas de pensões.

O “problema da poupança a longo prazo”, também na sua vertente técnica, apresenta-se como um problema de instrumentação seguro e produtivo da coerência necessária entre recursos e necessidades do ciclo vital. Neste contexto, as pensões não são senão uma das muitas vias para se atingir essa coerência, ainda que a instrumentalização propriamente dita corresponda a produtos concretos. A questão da poupança é uma constante em todos os países e para todas as famílias e a sua problemática acaba por superar amplamente a das pensões.

Ao concentrarmo-nos na poupança a longo prazo, sem deixar de abordar os aspetos técnicos relevantes, como são as motivações dos agentes e o financiamento global da economia, podemos estabelecer o oportuno paralelismo entre o financiamento das pensões e o financiamento de certos projetos produtivos da economia, muito necessitados de fundos estáveis num horizonte suficientemente longo.

Em mercados perfeitos, argumentamos que a adequação dos prazos da poupança e do investimento não implicaria nenhum problema de maior, pois a transformação destes prazos se faria eficientemente reduzindo o seu custo ao mínimo ditado pelo equilíbrio dos prémios de risco e liquidez. Mas isso não é sempre possível, nem pouco dispendioso, na atual realidade. Por essa razão, a coincidência, em determinados casos, dos prazos vitais dos indivíduos e dos projetos de investimento deveria facilitar uma eficiente instrumentalização do binómio poupança/pensão. Um aspeto específico reside na fiscalidade da poupança. A literatura sobre o assunto alimenta dúvidas, se um melhor tratamento fiscal ao conjunto dos rendimentos da poupança a aumenta ou diminui, pois intervêm efeitos contrapostos (efeito de substituição e efeito de rendimento) cuja explicação empírica não tem sido determinante. O que, sim, refere esta literatura é que a fiscalidade diferenciada para os vários produtos de poupança tem um forte efeito para orientar as decisões dos aforradores, uma vez fixado o seu nível de poupança, dirigida a uns ou outros instrumentos, prazos, entre outras variáveis.

A instrumentalização da poupança-pensão a que nos referíamos anteriormente tem o seu alcance num elemento amplamente desenvolvido em muitos países e também está presente no nosso: os planos e fundos de pensões. Sabemos as importantes implicações que tem a sua presença numa economia desenvolvida. O normativo e a operacionalização dos veículos de financiamento dos planos de pensões, tais como fundos de pensões, converte-os em produtos financeiros mais regulados, com alguns custos de transação, mas em troca procura a segurança para o participante.

Se olharmos para as contribuições ou entregas suportadas pelo indivíduo para a formação das suas futuras pensões (pública e privada), poder-se-ia enquadrá-las debaixo do mesmo nível de tratamento fiscal e, preferencialmente, duma forma mais robusta que em relação a outros produtos financeiros. Mas os fundos de pensões suscitam muitas outras questões, especialmente as relativas à sua gestão. A este respeito, os primeiros interesses a proteger são os dos participantes e beneficiários, pelo que os gestores de fundos de pensões deverão configurar-se de maneira a que tenham um papel totalmente independente de outros interesses no seu âmbito de atuação, procurando repercutir com a máxima eficiência o “plus” da regulação que terão de suportar.

A Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, através da criação do “Certificado de Responsabilidade para a Reforma”, a atribuir a planos de pensões profissionais de contribuição definida, pretendeu promover, junto dos trabalhadores e do mercado, os benefícios dos planos de pensões, financiados através de fundos de pensões, incentivando assim a poupança de longo prazo.

Para a emissão do “Certificado de Responsabilidade para a Reforma”, a APFIPP definiu critérios de boas práticas aplicáveis aos planos de pensões, com o propósito de estes planos poderem assegurar uma adequada complementaridade dos valores das pensões a auferir após o período da vida ativa.

O Instituto de Seguros de Portugal acompanhou desde o início, esta iniciativa, constatando que os princípios orientadores desenvolvidos pela APFIPP para o “Certificado de Responsabilidade para a Reforma” são formalmente adequados à produção dos seus efeitos. De igual forma, entende o ISP

que os referidos princípios correspondem, de facto, a boas práticas de mercado, num contexto de transparência, clareza e adequação à promoção de hábitos de poupança para a reforma.

Nesse sentido, o ISP valorou esta iniciativa de autorregulação promovida pela APFIPP, porque ela constitui um meio efetivo para a promoção, o desenvolvimento e a transparência do mercado de Fundos de Pensões.

Naturalmente que a certificação ora desenvolvida pela APFIPP, constituindo uma importante iniciativa de autorregulação da sociedade civil, não exclui a análise dos contratos constitutivos de fundos de pensões que compete, nos termos da Lei, ao Instituto de Seguros de Portugal. Contudo, tal facto não obsta a que o “Certificado de Responsabilidade para a Reforma” possa vir a desempenhar um papel importante na promoção da poupança de longo prazo e no reforço do papel dos Fundos de Pensões como garante de uma adequada complementaridade dos valores das pensões a auferir após o período da vida ativa, que são, como não pode deixar de ser, objetivos partilhados pelas entidades supervisionadas e pelo supervisor.

Assim e por último, não posso deixar de felicitar a Direção da APFIPP por esta iniciativa de criação do Certificado de Responsabilidade para a Reforma (CERR). Este processo de valorização dos planos de pensões financiados por fundos de pensões e que cumprem um conjunto apertado de regras, contribuirá, seguramente, para o reforço do desenvolvimento e transparência do mercado dos fundos de pensões em Portugal.

Muito obrigada,

José Figueiredo Almaça

Presidente do ISP - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões